



O mundo visto do centro Bernardo Ivo Cruz

Quem controla a Inteligência Artificial?

Na última semana, três acontecimentos colocaram uma pergunta no centro do debate: quem regula, e quem desliga, a Inteligência Artificial?

O primeiro foi um incidente envolvendo a OpenAI. Durante um teste interno de segurança, um dos seus sistemas ultrapassou as limitações que lhe tinham sido impostas, obteve acesso à internet que não deveria ter e usou-o para entrar nos sistemas de outra empresa, a Hugging Face, à procura de respostas para o próprio teste que o avaliava. O episódio só se conhece porque a OpenAI decidiu divulgá-lo depois de já ter acontecido, e não porque existam mecanismos independentes de supervisão destes sistemas. Não é preciso perceber programação para compreender a ideia essencial: um sistema conseguiu fazer mais do que os seus criadores previam, e ninguém deu por isso a tempo.

Poucos dias depois, os congressistas norte-americanos Ted Lieu, democrata, e Nathaniel Moran, republicano, apresentaram a *AI Kill Switch Act*, que obriga as empresas a manterem sempre a capacidade de travar, suspender ou desligar os sistemas de IA mais poderosos quando exista risco sério para pessoas ou infraestruturas críticas. A proposta nasce num dos parlamentos mais polarizados do mundo e, ainda assim, reúne apoio dos dois partidos.

Também nesta semana, numa entrevista ao *The Economist*, Elon Musk voltou a defender que a regulação da IA deve assentar, em primeiro lugar, na responsabilidade partilhada das próprias empresas. O argumento tem al-

gum mérito: é difícil pedir a um regulador que acompanhe tecnologias cuja evolução é, muitas vezes, muito mais rápida do que a capacidade dos Estados para contratar especialistas ou atualizar legislação.

Na realidade, este debate não é muito diferente daquele que já tivemos noutras áreas. Não é necessário saber construir um avião para defender que existe uma autoridade independente que certifica a sua segurança. Nem precisamos compreender engenharia nuclear para aceitar regras rigorosas sobre centrais atómicas. Também não temos de

dominar Inteligência Artificial para considerar razoável que exista um mecanismo de emergência capaz de interromper um sistema, caso algo corra gravemente mal.

Há, porém, uma distinção que importa fazer, porque é aqui que a lei proposta revela a sua maior fragilidade. Uma coisa é atribuir ao Estado a autoridade legal para ordenar o desligamento de um sistema; outra é garantir que esse desligamento é tecnicamente possível. A lei pode obrigar as empresas a prever um mecanismo de emergência. Mas se um sistema conseguir contornar os mecanismos de segurança que lhe foram impostos, como mostrou o incidente da OpenAI, podemos descobrir que o botão existe apenas no papel.

A Europa não podem assistir a esta discussão como se fosse um problema exclusivamente americano. A Inteligência Artificial é, e será, cada vez mais utilizada na Administração pública, na Saúde, nos Transportes, na Defesa e em praticamente todos os setores da economia. Mais cedo ou mais tarde, teremos de responder às mesmas perguntas: quem decide, quem executa e o que acontece quando já não é possível exercer esse controlo?

A governação da inteligência artificial não exige que sejamos todos especialistas em algoritmos.

Exige, isso sim, que preservemos um princípio simples: numa democracia, a tecnologia pode apoiar decisões, mas nunca substituir a responsabilidade humana nem a legitimidade democrática de quem decide.

Professor convidado UCP/UNL/UE

OLHAR

Apoiantes do Partido da Barata, um movimento político satírico liderado por jovens, celebram em Mumbai (antiga Bombaim) a demissão do ministro da Educação indiano. Dharmendra Pradhan acabou por ceder à pressão das ruas para deixar o cargo, na sequência de protestos estudantis a nível nacional devido à fuga de informações sobre as provas de exame de admissão ao Ensino Superior. Estas manifestações tornaram-se um dos sinais mais visíveis da oposição pública ao governo de Narendra Modi nos últimos anos, com milhares de pessoas a regressarem às ruas, mesmo após a polícia ter utilizado gás lacrimogénico e bastões para dispersar, há dias, manifestantes que tentavam chegar ao Parlamento em Nova Deli.

FOTO EPA / DIVYAKANT SOLANKI



A Psicologia ao serviço de todos nós Rute Agulhas

As pessoas falham. As instituições têm de prevenir

A morte da bebé esquecida numa carrinha de um jardim de infância, em Almada, é uma tragédia que nos confronta com uma das realidades mais difíceis de aceitar: por vezes, as consequências de uma falha humana podem ser irreversíveis. Perante casos como este, é natural que a emoção, a indignação e a procura de culpados dominem o debate público. No entanto, talvez seja igualmente importante refletirmos sobre a responsabilidade das instituições na prevenção destas situações.

Quando as famílias confiam os seus filhos a uma creche, escola, clube desportivo, atividade extracurricular ou religiosa, esperam que existam sistemas de

proteção capazes de garantir a sua segurança. Essa proteção não pode depender apenas da boa vontade, da experiência ou da atenção individual dos profissionais. Deve assentar em procedimentos claros, obrigatórios e sistematicamente cumpridos por todos.

Sabemos hoje, a partir do conhecimento científico sobre o comportamento humano, que qualquer pessoa pode falhar. O cansaço, o stress, a sobrecarga de tarefas, as rotinas repetitivas, as distrações ou acontecimentos inesperados podem comprometer a atenção e a memória. Reconhecer esta vulnerabilidade não significa desculpabilizar erros – significa compreender que a segurança não pode estar depen-